

## EDUCAÇÃO FÍSICA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS NO PIBID

Cristiane Machado Farias<sup>1</sup>  
Daniel Lemos Messias<sup>2</sup>  
João Gabriel Pereira Quadros<sup>3</sup>  
Daniela Noronha Da Silva<sup>4</sup>  
Marta Iris Camargo Messias da Silveira<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente estudo relata experiências didáticas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em parceria com o Núcleo de Estudo Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI MÃE FAUSTA), voltadas à formação de licenciandos em Educação Física. Com base nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica no ensino fundamental e médio, buscou-se contribuir com o currículo da Educação Física por meio de atividades que abordaram danças tradicionais, jogos de matriz africana, brincadeiras indígenas e discussões sobre identidade e racismo. O objetivo foi preparar futuros docentes para aplicar a temática das relações étnico-raciais na educação. Destacam-se oficinas temáticas, rodas de conversa e intervenções em sala de aula, promovendo reflexões sobre o diálogo entre corpo, movimento e cultura para uma educação inclusiva e antirracista. As atividades ocorreram em escolas públicas, buscando fortalecer o pertencimento dos alunos. A troca de saberes entre bolsistas do PIBID, professores, supervisores e membros do NEABI enriqueceu a formação dos estudantes da educação básica e dos futuros professores. O PIBID se revelou um espaço de aproximação entre teoria e prática, permitindo vivências metodológicas para a aplicação das leis que regulamentam o ensino da cultura afro-brasileira, africana e indígena. A interação com as realidades escolares ajudou os acadêmicos a compreenderem os desafios da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar. Concluímos que a Educação Física tem papel essencial na educação antirracista, sendo o PIBID uma ferramenta estratégica para ampliar conhecimentos e ressignificar as licenciaturas.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista, Diversidade Étnico-Racial, Formação de professores.

1Graduanda do Curso de **Licenciatura em Educação Física** da Universidade Federal do Pampa - RS, [cristianefarias.aluno@unipampa.edu.br](mailto:cristianefarias.aluno@unipampa.edu.br) ;

2 Graduado pelo Curso de **Licenciatura em Educação Física** da Universidade Federal do - RS, [danielmessias.aluno@unipampa.edu.br](mailto:danielmessias.aluno@unipampa.edu.br);

3Graduado pelo Curso de **Licenciatura em Educação Física** da Universidade Federal do - RS, [joaquadros.aluno@unipampa.edu.br](mailto:joaquadros.aluno@unipampa.edu.br);

4 Profa. da Educação Básica; Supervisora no PIBID-Educação Física da UNIPAMPA, [motricidadedani@gmail.com](mailto:motricidadedani@gmail.com);

5 Profa. Associada da UNIPAMPA - Campus de Uruguaiana; Doutora em Educação pela Universidade Federal do - BA, [martasilveira@unipampa.edu.br](mailto:martasilveira@unipampa.edu.br);



## INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto componente curricular da educação básica, possui um papel fundamental no desenvolvimento integral dos alunos, indo além das práticas corporais e esportivas para atuar como um campo pedagógico que promove a diversidade cultural, a construção e reconhecimento de identidades e a promoção da equidade social. No âmbito escolar, a disciplina contribui para a desconstrução de preconceitos e a valorização das diversas manifestações culturais, especialmente as de matriz africana e indígena, promovendo um ensino que dialoga com a diversidade étnico-racial e auxilia na superação do racismo estrutural presente na sociedade.

No entanto, apesar da importância dessa abordagem, ainda há desafios importantes para a efetivação de uma educação antirracista na Educação Física, principalmente na formação docente e na efetivação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares. O desconhecimento ou a falta de preparação dos professores em relação a essas diretrizes muitas vezes limita a inserção dessas temáticas na prática pedagógica, tornando essencial o investimento em processos formativos que qualifiquem os futuros docentes para essa realidade.

Nesse sentido, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID tem se mostrado uma ferramenta essencial para a formação de futuros professores, pois possibilita a vivência de experiências que integram teoria e prática em ambientes escolares. O PIBID permite aos bolsistas a oportunidade de experimentar metodologias voltadas à educação para as relações étnico-raciais, o que amplia suas habilidades didáticas e contribui para sua atuação futura mais crítica e comprometida com a superação das desigualdades sociais e raciais no contexto educacional.

O presente estudo tem como objetivo relatar as experiências didáticas realizadas no âmbito do PIBID em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI MÃE FAUSTA<sup>6</sup>, destacando a importância da Educação Física e sua contribuição na

<sup>6</sup> O Novembro Negro caracteriza-se por ser um projeto de extensão promovido pelo NEABI que tem como objetivo promover ações de conscientização e de educação para as relações étnicas e raciais durante o mês de novembro, mês em que comemora-se a consciência negra. As ações do Novembro Negro tendem a oportunizar experiências aos discentes dos cursos de graduação a partir das ações desenvolvidas em relação à implementação das Políticas Públicas de combate ao racismo e discriminação, construindo reais possibilidades metodológicas para qualificar suas práticas pedagógicas.



promoção da diversidade étnico-racial no ambiente escolar. O NEABI, por meio de suas ações formativas, possibilita que os bolsistas do PIBID desenvolvam práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes da educação antirracista, contribuindo para a valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar.

Entre as atividades realizadas, o projeto *Novembro Negro*<sup>7</sup>, realizado anualmente pelo NEABI, tem sido um espaço significativo para a inserção dessas práticas, pois é um momento formativo onde os bolsistas participam de oficinas de preparo para intervenções pedagógicas, promovendo jogos de matriz africana, danças tradicionais, brincadeiras indígenas e rodas de conversa sobre identidade e racismo. Dessa forma, o estudo evidencia as contribuições da Educação Física no contexto da formação docente e na promoção de uma educação antirracista. Investigaremos como essa disciplina, além de seu caráter esportivo, pode atuar como um campo pedagógico que aborda questões culturais, sociais e identitárias. A Educação Física, ao longo do tempo, tem se expandido em sua abordagem, transcendendo a prática esportiva para incluir conteúdos que exploram as diversas expressões culturais e sociais dos povos, especialmente as de matriz africana e indígena.

Buscaremos compreender o papel da Educação Física na construção de uma escola mais inclusiva, destacando o impacto das metodologias voltadas à diversidade étnico-racial na formação dos futuros professores. A pesquisa visa entender como as práticas pedagógicas e os conceitos de corporeidade e identidade podem ser aplicados na prática escolar, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e o fortalecimento de um ambiente educacional mais plural e democrático.

## METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em análises documental e bibliográficas sobre a relação entre Educação Física e diversidade étnico-racial, buscando conectar experiências pedagógicas com fundamentações teóricas sobre corporeidade afrodiáspórica e educação antirracista. Toma-se como elemento de análise o trabalho desenvolvido no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e suas

<sup>7</sup> O Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena – NEABI foi fundado em 2010, a partir da necessidade de instituir na Unipampa – Campus de Uruguaiiana um núcleo de pesquisa que proporcionasse discussões e reflexões no âmbito acadêmico a luz das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 e que vai ao encontro da necessidade de promover projetos de pesquisa, extensão e discussões sobre a questão da discriminação racial e a implementação das ações afirmativas no ensino superior. No campus Uruguaiiana, em especial, encontra-se o NEABI Mãe Fausta. Na Unipampa, cada NEABI recebe o nome simbólico de uma referência/ancestralidade da luta antirracista do município onde o campus esta localizado. O nome dado ao NEABI, sediado no campus Uruguaiiana, foi em homenagem a uma conhecida Yalorixa e militante do movimento negro do município.



conexões com as ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI Mãe Fausta). O objetivo é refletir sobre a importância da Educação Física como campo pedagógico para a valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena, bem como analisar as contribuições do PIBID para a formação docente e para a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

A pesquisa será realizada por meio das seguintes etapas metodológicas:

1. **Análise Bibliográfica:** Será realizada uma revisão da literatura acadêmica sobre os temas envolvidos, como Educação Física, educação antirracista, diversidade étnico-racial e o desafio da implantação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. A revisão incluirá livros, artigos, teses e dissertações que tratam da atuação da Educação Física na promoção da diversidade cultural, das experiências de formação de docentes no PIBID e da importância das leis para a implementação de uma educação antirracista.
2. **Análise das Diretrizes e Legislação:** A pesquisa também se concentrará na análise das diretrizes curriculares e normativas educacionais relacionadas ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com foco nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. A análise se dará a partir de uma reflexão crítica sobre como essas leis têm sido inovadoras nas práticas pedagógicas de Educação Física e como elas dialogam com a realidade escolar.
3. **Estudo de caso e reflexão teórica:** O estudo propõe uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica dos futuros licenciados em Educação Física junto às escolas de Educação Básica, destacando-se as vivências no projeto Novembro Negro, as formações e ações em nível do PIBID-Educação Física e do NEABI - Mãe Fausta.

Desta maneira, no âmbito do PIBID - Educação Física, juntamente com o Neabi, foi proposto trabalhar atividades relacionadas com educação étnico-racial, através de oficinas de jogos, rodas de conversas, danças e brincadeiras de origem africana e indígena nas aulas de Educação Física em escolas de Educação Básica, onde atuam os bolsistas e supervisores do programa.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a redemocratização do país em 1985 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vislumbra-se uma sociedade mais justa, fraterna e de respeito às diferenças. Também



se devem ressaltar os instrumentos importantes na legislação do ensino, os quais são criados pela pressão dos movimentos sociais e a luta de educadores, os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (1995) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), apresentando orientação para a formação de professores da Educação Básica. Na referida Lei, chama-se a atenção para o conceito de tolerância, mas não incluiu a discussão sobre a temática racial, não sendo enfática no repúdio às ações racistas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofre alteração com a aprovação da Lei 10.639/03, a qual inclui no artigo 26-A, a obrigatoriedade de serem inseridos no currículo escolar conteúdos, tais como: História da África, dos africanos e a cultura afro-brasileira na formação da sociedade; a luta do povo africano escravizado no Brasil e a contribuição desse povo na História do Brasil (BRASIL, 2003).

Desse modo, a legislação brasileira (a partir da Lei Federal 10.639/03), propõe mudanças no currículo escolar para contemplar a História e Cultura Afro-brasileira, notadamente na área de Língua Portuguesa e Literatura, Arte, História e Geografia. Pela Lei 10.639/2003, assume-se o objetivo incisivo de promover mudanças na visão sobre o preconceito racial e o racismo, presentes no país e, com isso, pretende-se dar relevância ao destaque para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Além disso, o artigo 79-B da LDB, alterado pela Lei Federal 10.639/03, estabelece o “Dia da Consciência Negra” no calendário escolar, comemorado no dia 20 de novembro. Nessa mesma perspectiva, foi aprovada em 10 de março de 2008 a Lei Federal 11.645/2008, a qual alterou novamente a LDB/96, determinando a inclusão no currículo escolar das redes de ensino, a obrigatoriedade de serem ministrados os conteúdos de história e cultura indígena, além da africana e afro-brasileira.

Nesse sentido, é que dialogamos com Gomes (2011), quando afirma ter a lei federal 10.639/03 e suas diversas formas de regulamentação uma abrangência nacional, portanto, devem ser implementadas por todas as escolas do país e monitoradas por conselhos de educação, secretarias estaduais e municipais de educação, incluindo as universidades, enquanto centros de formação de profissionais da Educação. Sendo assim, de acordo com a LDB/96, a formação docente é enfatizada com a exigência do nível superior para atuar na educação básica (BRASIL, 1996).

A partir das mudanças previstas pela LDB/96, a formação de profissionais da Educação se dá em nível de graduação plena, o que é considerado um grande avanço para a formação docente, mas também para a preparação científica dos cidadãos e cidadãs. Assim, a Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a LDB e estabelece a exigência de formação docente em nível superior, em cursos de Licenciatura Plena, sendo promulgadas as Diretrizes Curriculares



para cada curso de licenciatura, aprovadas pelo CNE ( Conselho Nacional de Educação). Com isso as universidades passaram a organizar os cursos de formação docente de acordo com seus projetos institucionais; em relação à temática étnico-racial, a Resolução CNE/CP Nº 01/2002 estabelece que cada instituição deve observar, entre outros aspectos, o preparo para a diversidade e inclusão (BRASIL, 2002).

Já no ano de 2004, tivemos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004), a qual orientou de maneira mais explícita como contemplar o tema no processo de formação docente. Sendo assim, [...] instituições de ensino superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação para as Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer nr. CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

No Parecer acima, fica estabelecido que todos os sistemas de educação devem providenciar apoio sistemático aos professores em planos, projetos, métodos, etc... a partir dos próprios sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABIs).

A Educação Física, enquanto componente curricular, tem o potencial de ir além da prática esportiva e do condicionamento físico, tornando-se um espaço de ressignificação e valorização das manifestações culturais historicamente marginalizadas. No contexto escolar, esse campo do conhecimento pode atuar na desconstrução da hegemonia eurocêntrica ao integrar práticas corporais afro-brasileiras, africanas e indígenas, permitindo que os alunos reconheçam e se conectem com saberes que foram historicamente silenciados.

Jocimar Daolio (2002), destaca como a sociedade é estruturada de forma excludente, especialmente quando certos saberes são desconsiderados. No contexto escolar, isso se reflete na constante invisibilização dos conhecimentos das populações negras e indígenas. A história da África, suas culturas e saberes são frequentemente apagados dos currículos, negando aos estudantes o acesso a essas referências. Esse apagamento representa um epistemicídio, ou seja, o apagamento de conhecimentos, tradições e histórias de determinados povos. Diante disso, é fundamental trazer esses saberes de volta para a sala de aula, garantindo que sejam valorizados e reconhecidos dentro do processo educativo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando a revisão bibliográfica e documental sobre a implantação da Lei 10.639/03 no conteúdo escolar, possibilitou-se a constituição do referencial teórico



explicitado acima. Verificou-se que a implantação desta Lei exige uma formação docente que compreenda os elementos estruturantes das desigualdades raciais no país, proporcionando instrumentos para trabalhar com a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Na formação promovida pelo PIBID-NEABI, forneceu-se construtos para nortear propostas pedagógicas nas aulas de educação física no contexto escolar.

A Educação Física, nessa perspectiva, possui um amplo repertório e riquíssimo material no que diz respeito a Cultura Corporal do movimento, o qual pode sustentar na educação básica espaços pedagógicos voltados para a educação para as relações etnicorraciais. Observou-se que estes espaços vivenciados contribuíram para despertar a criticidades dos docentes e estudantes da educação básica, os quais raras vezes são desafiados a questionar o racismo estrutural e institucional, o preconceito e discriminação racial. Percebeu-se no diálogo com o contexto escolar que é comum a reprodução de um imaginário social onde naturaliza-se a inferiorização dos negros.

A ação teve início com uma oficina de formação voltada para os bolsistas do PIBID, com o objetivo de prepará-los para atuar de maneira eficaz nas escolas. Nessa primeira etapa, os discentes foram introduzidos nas práticas e saberes das culturas afro-brasileira, africana e indígena. A oficina incluiu atividades que abordaram o simbolismo das máscaras africanas, onde coloriram e aprenderam o significado cultural por trás de cada máscara, além de conhecer as tradições e mitos relacionados, abrangendo conhecimentos de atividades para alunos dos anos iniciais. Ocorreram também brincadeiras tradicionais africanas e indígenas, que ajudam a compreender o vínculo dessas atividades com a história e a cultura. Além disso, utilizou-se a inserção da cultura musical como uma ferramenta para abordar temas cruciais como o racismo, estimulando debates críticos sobre essas questões. Como resultado observou-se:

- a) o interesse dos estudantes da educação básica (adolescentes) nas temáticas abordadas;
- b) a inspiração para trabalhos contínuos no âmbito escolar;
- c) Despertou-se a curiosidade para a pesquisa de forma crítica em ERER;
- d) Sensibilizou-se os professores de educação física da educação básica para as ações em ERER;
- e) Aos futuros licenciados em Educação Física possibilitou-se perceber o quanto estes conteúdos abordados animam os estudantes e os atraem para as aulas de educação física (tradicionalmente uma disciplina marginalizada).



Na reflexão crítica efetivada pelos autores, concluiu-se que torna-se fundamental a formação dos futuros licenciados, mas também dos professores em serviço, auxiliando-os a projetar formas inovadoras em ERER. Deste modo, a Universidade pode cumprir seu papel de geradora e promotora de conhecimentos, realizando um processo de diálogo permanente entre saber acadêmico e saber popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física como área de conhecimento tem demonstrado ter um papel significativo na promoção da diversidade étnico-racial; tem trazido ao contexto escolar experiências didáticas que partindo da corporeidade desafiam os estudantes a refletir sobre a história e cultura dos descendentes de africanos. Nesta perspectiva, jogos, danças, vivências rítmicas, articulam-se com rodas de conversa, onde resgata-se a história de subalternização do povo negro no Brasil, gerando espaços pedagógicos capazes de embasar uma visão anti-racista. As experiências vivenciadas nesse programa PIBID têm mostrado como a integração de práticas inclusivas pode transformar o ambiente escolar e a percepção dos alunos sobre si mesmos e sobre o próximo. Ao incorporar atividades que valorizam as diferentes culturas e histórias presentes na sala de aula, a Educação Física transcende o âmbito físico e se torna um poderoso instrumento de conscientização social; como exemplo, introduzir jogos tradicionais de diversas etnias ou danças que refletem a riqueza cultural brasileira e que podem despertar nos estudantes um maior respeito e admiração pela diversidade.

É fundamental que os educadores em formação inicial e continuada compreendam a profundidade e a importância desse trabalho, para que possamos expandir, vivenciar e valorizar a cultura afro-brasileira de forma mais ampla e realizar uma educação anti-racista.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estudo das Relações ÉtnicoRaciais e para o ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECADI, 2004.



BRASIL. Parecer nr. CNE/CP 003/2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacaosuperior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnicoraciais>. Acesso em 01/7/2024.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104p.

Dossiê 2017-2018. Disponível em [https://itq.ifsp.edu.br/imagens/NEABI/dossies/Dossi\\_NEABI\\_2017\\_2018.pdf](https://itq.ifsp.edu.br/imagens/NEABI/dossies/Dossi_NEABI_2017_2018.pdf). Acesso em 22/04/2024. Acesso em 22/04/2024.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

DAOLIO, Jocimar. Educação Física e o conceito de cultura. Campinas: Autores Associados, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPA, v. 27, n.1, p.109 – 121, jan./abr. 2011. Disponível em <https://seer.ufrgs.br>. Acesso em 29/3/2024 NEABI.

LEAL, Catiana Nery; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; BRITO, Rafael Casaes de. As relações étnico-raciais no currículo de Ciências e Educação Física: apontamentos teóricos. Sér.-Estud., Campo Grande, v. 29, n. 66, p. 5-24, maio 2024.

MONTEIRO, Pamela Tavares; ANJOS, José Luiz dos. A Educação Física e a identidade étnico-racial: o estado da arte nas revistas brasileiras de Educação Física. Rev.



SILVA, Felipe de Lima; COSTA, Andressa F. Gama da; SILVA, Thalita Pereira da. Relações Étnico-Raciais e os currículos dos cursos de Licenciatura de uma Universidade do Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://journal.unoeste.br/indez.php/ch.%20Acesso%20em%2001/7/2024>

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnicoraciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-18, 2010.

